

CÓDIGO
TRIBUTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
CORONEL EZEQUIEL

UFIR-322

UFIR 12009 - 193 - 1,06211

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Dispõe sobre o Sistema tributário Municipal e dá outras providências;

Título I
CAPITULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Este Código estabelece o Sistema tributário Municipal

Art. 2º - O Sistema tributário Municipal é subordinado:

- I- à Constituição Federal;
- II- ao Código Tributário Nacional.

CAPITULO II
Das Normas Gerais

SEÇÃO I
Da Legislação Tributária

Art. 3º - A Legislação Tributária Municipal compreende as Leis, os Decretos e as normas complementares que versem no todo ou em parte sobre tributos de competência municipal.

Parágrafo Único - São normas complementares das Leis ou dos Decretos:

- I- as portarias, as instruções, ordens de serviço e outros atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
- II- as decisões dos órgãos competentes das instâncias administrativas;
- III- as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas direta ou indireta da União, estados ou Municípios.

SEÇÃO II Da Vigilância e da Lei Fiscal

Art. 4º - A Lei Fiscal do Município entra em vigor na data de sua publicação, salvo disposições que criem ou majorarem, que entrarão em vigor a partir de 1º de Janeiro do ano seguinte.

SEÇÃO III Do Recolhimento dos Tributos

Art. 5º - O recolhimento dos tributos dar-se-á pela forma e nos prazos neste código.

Parágrafo Único - Em atenção as peculiaridades de cada tributo, poderá o Secretário Municipal de Finanças estabelecer novos prazos de pagamento, com antecedência que elimine a possibilidade de prejudicar os contribuintes responsáveis.

Art. 6º - O Secretário Municipal de Finanças poderá conceder descontos, até o limite autorizado pelo Conselho Municipal de Contribuintes, ou outro órgão que venha a sucedê-lo, quando o contribuinte recolher os tributos antes dos prazos de pagamento na forma do que dispuser as instruções que baixar.

Art. 7º - Quando não recolhido na época determinada, o débito ficará sujeito aos seguintes acréscimos;

- I- multa de mora;
- II- juros de mora à razão de doze por cento (12%) ao ano;
- III- atualização monetária;
- IV- multa por infração.

§ 1º - A multa de mora, calculada sobre o débito, corresponderá a:

- I- 2% (dois por cento), se o recolhimento for efetuado com um atraso de até 30(trinta) dias;
- II- 4%(quatro por cento), se o recolhimento for efetuado com um atraso de até 60 (sessenta) dias;
- III- 6%(seis por cento), se o recolhimento for efetuado com um atraso de mais de 60(sessenta) dias.

→ § 2º - A Atualização monetária será calculada na forma que dispuser a legislação federal aplicável à espécie e ao tributo e acrescida para todos os efeitos legais.

§ 3º - A multa por infração será aplicada quando apurada ação ou omissão que importe em inobservância às disposições da Legislação tributária.

§ 4º - A multa de mora e a atualização monetária serão cobradas independente de procedimento fiscal.

Art. 8º - O recolhimento dos tributos poderá ser feito através de entidades públicas e privadas, devidamente autorizadas pelo Secretário Municipal de Finanças.

Art. 9º - O Secretário Municipal de Finanças poderá conceder parcelamentos de débitos fiscais, em qualquer fase de cobranças administrativas, no âmbito da secretaria Municipal de Finanças após o exame circunstanciado de cada caso requerido, atendidas as condições sócio-econômicas do contribuinte em atraso.

Parágrafo Único - Ao beneficiário de parcelamento do débito com as prestações vencidas quitadas, será expedida certidão de regularidade, em substituição a Certidão Negativa de Tributos com os mesmos efeitos desta.

SEÇÃO IV Da Restituição

Art. 10º - O contribuinte terá direito, independente de prévio protesto, a restituição total ou parcial do tributo, nos casos previstos no Código tributário Nacional, observadas as condições ali fixadas.

Art. 11º - A restituição total ou parcial de tributos abrangerá também, na mesma proporção, os acréscimos que tiverem sido recolhidos, salvo os referentes as infrações de caráter formal, não prejudicadas pela causa da restituição.

§ 1º - As importâncias objeto de restituição serão corrigidas monetariamente com base nos mesmos índices utilizados para os débitos fiscais.

§ 2º - A incidência da atualização monetária observará como termo inicial, para fins de cálculo, a data de ingresso do pedido de restituição na secretaria Municipal de Finanças.

Art. 12º - As restituições dependerão do requerimento de parte interessada, dirigido a instância singular, cabendo recursos para o Conselho Municipal de Contribuintes, quando se tratar de restituição de valor superior a 10(dez) Unidade Fiscal de referencia (UFIR).

Parágrafo Único - Para os efeitos do disposto neste artigo, serão anexados os requerimento os comprovantes do pagamento efetuado, os quais poderão ser substituídos, em caso de extravio, por um dos seguintes documentos.

- I- Certidão em que conste o fim a que se destina, passada a vista do documento existente nas repartições competentes.
- II- Certidão lavrada por serventuário público, em cujo cartório estiver arquivado o documento;
- III- cópia xerox do respectivo documento devidamente autenticada.

Art. 13º - Atendimento a natureza e ao montante do tributo a ser restituído, poderá o secretário Municipal de Finanças determinar que a restituição se processe através de compensação de crédito.

Art. 14º - Quando a dívida estiver sendo paga em prestações, o deferimento do pedido de restituição somente desobriga o contribuinte ao pagamento das parcelas restantes, a partir da data da decisão definitiva, na esfera administrativa.

Art. 15º - O direito de pleitear restituição extingue-se após o decurso de 5(cinco) anos, contados da data da constituição do crédito tributário.

SEÇÃO V Da Compensação

Art. 16º - O Secretário Municipal de Finanças poderá autorizar compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

SEÇÃO VI Da Transação

Art. 17 - Nas questões fiscais que estejam sendo discutidas em juízo, poderá o Prefeito autorizar a Procuradoria Geral do Município efetuar a transação com o sujeito passivo da obrigação tributária, mediante concessões mútuas que importam em término do litígio e conseqüente extinção do crédito tributário.

§ 1º - A transação de que trata este artigo não poderá importar em redução de mais de 20% (vinte por cento) da dívida total ajuizada, nem poderá ser objeto de dívida inferior ao valor de 100(cem) UFIR.

§ 2º - Também não serão objeto da transação de que trata este artigo as custas judiciais e outros encargos de direito relativos ao processo.

SEÇÃO VII Das Imunidades e Insenções

Art. 18 - Os Impostos Municipais não incidem sobre o patrimônio ou serviços:

- I- da União, dos Estados e dos Municípios;
- II- das autarquias, desde que vinculadas as suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;
- III- dos templos de qualquer culto;
- IV- dos partidos políticos e instituições de educação pública ou de assistência social observados os requisitos estabelecidos em lei.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não exclui a atribuição que tiverem as entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos assecuratórios do cumprimento das obrigações tributárias por terceiros.

Art. 19 - A instituição de isenções apoiar-se-á sempre em razões de ordem pública ou de interesse do Município, e não poderá ter caráter de favor ou privilégio.

Art. 20 - os pedidos de reconhecimento de imunidade deverão dar entrada no protocolo da Secretaria Municipal de Finanças mediante requerimento fundamentado, dirigido ao titular daquela pasta, instituído com os documentos:

I- estatuto ou ato constitutivo ou outro devidamente registrado;

II- prova de registro no Cadastro Fiscal do Município;

III- cópia do último balanço, acompanhada da demonstração da conta "Lucros e Perdas";

IV- declaração do requerente assegurada aplicação integral no país, para manutenção dos seus objetivos institucionais, dos recursos direta ou indiretamente obtidos de sua atividade, qualquer que seja a sua natureza.

Art. 21 - As isenções serão requeridas ao Secretário Municipal de Finanças, até o dia 30 de setembro de cada exercício, para produzir efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte e deverão ser instruídas com os documentos exigidos nos incisos I a IV do artigo anterior.

§ 1º - A isenção será efetivada no caso, a requerimento do interessado, mediante despacho da autoridade administrativa a quem competir, provados o preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos previstos em lei.

§ 2º - Tratando-se por tributo lançado por período certo de tempo, o despacho referido no parágrafo anterior será renovado antes da expedição do prazo para lançamento, cessando automaticamente o direito de isenção para o período em relação qual o interessado deixa de promover-lhe o conhecimento.

§ 3º - Relativamente à isenção deferida aos servidores municipais do imposto Predial incidente sobre o imóvel que lhe serve de residência seu reconhecimento em cada período dependerá apenas o pagamento da taxa urbana, devendo o órgão encarregado do lançamento solicitar anualmente à Secretaria Municipal de Administração, relação atualizada dos servidores municipais em atividade ou aposentados, com base em informes da fiscalização será deferida a isenção.

§ 4º - Procedimento idêntico ao previsto no parágrafo anterior poderá ser adotado em relação aos servidores do Estado do Rio Grande do Norte e suas viúvas, mediante convênio com os órgão responsáveis.

§ 5º - Em quaisquer dos casos, a isenção ficará condicionada ao pagamento das taxas incidentes sobre o imóvel. Na sua falta, o benefício somente será concedido a partir do exercício em que for cumprida essa obrigação.

§ 6º - A isenção será obrigatoriamente cancelada quando:

I- verificado a inobservância dos requisitos para a sua concessão;

II- desaparecerem os motivos e circunstâncias que a motivaram.

Art. 22º - As isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo as exceções legalmente previstas.

Art. 23º - Interpretam-se literalmente as normas sobre isenções.

SEÇÃO VIII Da Dívida Ativa

Art. 24º - Constitui dívida ativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela Lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Art. 25º - A inscrição do débito far-se-á no dia 31 de dezembro do exercício em que vencer o tributo.

§ 1º - Resultado de auto de infração, a inscrição proceder-se-á após o trânsito em julgado da decisão administrativa.

§ 2º - No caso de taxa de pavimentação ou de contribuição de melhoria, a inscrição proceder-se-á a 60(sessenta) dias após o vencimento e não pagamento da terceira prestação.

Art. 26º - O termo de Inscrição de Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I- o nome do devedor, e, sendo o caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou de residência de um e de outro;

II- o valor originado da dívida, bem como termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei, inclusive a atualização monetária e seus fundamentos;

III- a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV- a data e o número de inscrição;

V- o número do processo administrativo ou auto de infração de que se originar o crédito, se houver.

§ 1º - Poderá ser adotado o sistema confiável de processamento eletrônico de dados para a inscrição da Dívida Ativa e extração das certidões respectivas.

§ 2º - A certidão conterá além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição, que será substituída, em caso de processamento eletrônico de dados, pelo número de controle respectivo.

Art. 27º - Por determinação expressa do Sr. Prefeito Municipal ao Secretário Municipal de Finanças serão administrativamente cancelados os débitos:

- I - prescritos;
- II - de contribuintes que hajam falecidos, deixando bens que por força da lei sejam insuscetíveis de execução;
- III - que por seu íntimo valor, tornem a cobrança ou execução notoriamente antieconômica.

Parágrafo Único - Poderá o Secretário Municipal de Finanças em despacho fundamentado, conceder remissão total ou parcial de créditos tributários, atendendo:

- I - à situação econômica do sujeito passivo;
- II - ao erro ou ignorância do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- III - a diminuta importância do crédito tributário;

IV - a consideração de equidade, em relação com as características pessoais do caso;

V - às condições peculiares a determinada região de território do município.

Art. 28º - A dívida será cobrada por procedimento:

- I - amigável, pelo Secretário Municipal de Finanças;
- II - Judicial, através da Procuradoria Geral do Município, ou através do setor Jurídico do Município.

Art. 29º - Cessa a competência do Secretário Municipal de Finanças para a cobrança do débito, com o encaminhamento da certidão de dívida ativa para a cobrança judicial.

SEÇÃO IX Da Inscrição e do Cadastro Fiscal

Art. 30º - Toda pessoa física ou jurídica sujeita a obrigação tributária principal deverá promover sua inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, de acordo com as formalidades exigidas nesta lei ou regulamento.

§ 1º - Far-se-á a inscrição:

- I - por declaração do contribuinte ou de seu representante, através de petição, preenchimento de ficha ou formulário modelo;

II - de ofício.

§ 2º - Apurada a qualquer tempo a inexatidão dos elementos declarados, proceder-se-á de ofício a alteração da inscrição, aplicando-se as penalidade cabíveis.

§ 3º - Servirão de base à inscrição de ofício os elementos constantes do auto de infração e outros de que dispuser a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 31* - Os pedidos de alteração ou baixa de inscrição serão feitos pelo contribuinte dentro do prazo de 30(trinta) dias, a contar do ato ou fato que a motivou, instruídos com o último comprovante de pagamento dos tributos a que esteja sujeito, e somente deferidos após informação do órgão fiscalizador.

Parágrafo Único - Ao contribuinte em débito não poderá ser concedida baixa, ficando adiado o deferimento do pedido até o integral pagamento do débito, salvo se assegurado por garantia bastante.

Art. 32* - O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende o conjunto de dados cadastrais referente aos contribuintes de todos os tributos, podendo merecer denominação e tratamento específicos, quando assim o requeira a natureza peculiar de cada tributo.

CAPÍTULO III **Das Infrações e Penalidades**

Art. 33* - Constitui infração toda ação ou omissão que importe em inobservância às disposições da legislação tributária.

Parágrafo Único - Salvo disposição expressa em contrário, a responsabilidade por infrações independe da intenção do agente ou responsável, e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 34* - Sem prejuízo das disposições relativas à infração e penas constantes de outras leis, as infrações a este Código serão punidas, separadas ou cumulativamente, com as seguintes combinações:

I- multa;

II- proibições aplicáveis às relações entre os contribuintes em débito e a Fazenda Municipal;

III- sujeição a regime especial de fiscalização;

IV- suspensão ou cancelamento dos benefícios, assim entendidas as concessões dadas aos contribuintes para se eximirem do pagamento total ou parcial de tributos;

V- suspensão ou cancelamento da inscrição do contribuinte.

Parágrafo único - Aplicação de penalidade de qualquer natureza em caso algum dispensa o pagamento do tributo, dos acréscimos cabíveis e a reparação do dano resultantes da infração, na forma da legislação aplicável.

Art. 35* - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos acréscimos cabíveis ou o depósito de importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração, observando o disposto no artigo 46°.

Art. 36* - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a orientação ou interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa orientação ou interpretação.

SEÇÃO I Das Multas

Art. 37* - São passíveis de multa por infração para todo e qualquer tributo deste Código, quando não prevista em capítulo próprio:

- I- de 100(cem) UFIR's, a falta de inscrição ou de comunicação de ocorrência de qualquer ato ou fato que venha a modificar os dados da inscrição, dentro do prazo de 30 (trinta) dias;
- II- de 200 (duzentos) UFIR's falta de comunicação de cessação das atividades, dentro do prazo de 30(trinta) dias;
- III- de 300 (trezentas) UFIR's o contribuinte que negar, dentro do prazo e 08(oito) dias a prestar informações ou a apresentar livros ou documentos fiscais e comerciais;
- IV- de 100 (cem) UFIR's os que embarçarem, dificultarem ou impedirem a ação fiscalizadora de qualquer modo ou forma, além do arbitramento do seu movimento econômico conforme o previsto no artigo 151, inciso I, desta Lei;
- V- de 80%(oitenta por cento) do valor do tributo, o débito resultante da falta do recolhimento sobre operações escrituradas nos livros fiscais ou contábeis, ou pela falta de pagamento dos valores do imposto fixados por estimativa;
- VI- de 100% (cem por cento) do valor do tributo:
 - a) o início ou a prática de atos sujeitos a taxa de licença sem o respectivo pagamento;
 - b) aos que deixarem de emitir os documentos fiscais.

VII- de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do tributo, o débito resultante de operação não escriturada nos livros fiscais e contábeis, ainda que isentas;

VIII- de 200%(duzentos por cento) do valor do imposto devido, ou daquele que o seria no caso de isenção, referente ao ato praticado irregularmente, nas seguintes ocorrências:

- a) aos que deixarem de recolher aos cofres do Município, nos prazos regulamentares, o imposto retido na fonte;
- b) aos que realizarem operações sem terem requeridos a sua inscrição na repartição competente, e
- c) aos que emitirem documento fiscal, com indicação do valor diferente do valor real da operação.

IX- de 80% (oitenta por cento) do valor da operação, sendo que em nenhuma hipótese poderá ser inferior a 1000(mil) UFIR's os que adulterarem, viciarem ou falsificarem livros ou documentos fiscais para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo, ou proporcionarem a ourem, a fuga do pagamento deste.

X- às infrações não especificadas nesta Lei será aplicada multa mínima de 10(dez) UFIR's.

Art. 38º - A reincidência em infração da mesma natureza punir-se-á com multa em dobro e, a cada nova reincidência, aplicar-se-á, essa acrescida de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único - Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica pelo mesmo contribuinte, anteriormente responsabilizado em virtude de procedimento fiscal.

Art. 39º - Em caso de sonegação fiscal, as multas previstas no artigo 37º serão aplicadas em dobro, sem prejuízo da ação criminal que couber.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei, considera-se sonegação fiscal a ação fiscal, a ação ou omissão dolosa do contribuinte, com ou sem concurso de terceiros em benefícios daquele:

I- tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendeira:

- a) da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstância materiais;
- b) das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou crédito tributário correspondente.

II- tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal ou a excluir ou modificar as suas características essenciais de modo a reduzir o montante devido, ou a evitar ou deferir o seu pagamento.

Art. 40* - As multas estabelecidas nos itens IV a VI do artigo 37º serão calculadas sobre a parcela do débito que não tenha sido recolhida, observado na parte final do § 2º do artigo 7º.

SEÇÃO II

Das Proibições Aplicáveis às Relações Entre os Contribuintes em Débito e a Fazenda Municipal

Art. 41* - Os contribuintes que se encontrarem em débito com a Fazenda Municipal não poderão dela receber quantias ou créditos de qualquer natureza nem participar de licitações para fornecimento de materiais ou equipamentos, ou a realização de obras e prestações de serviços nos órgãos da Administração Municipal direta ou indireta, bem como gozar de quaisquer benefícios fiscais, exceto se provada documentalmente sua quitação, no prazo concedido pelo órgão licitante.

SEÇÃO III

Da Sujeição a Regime Especial de Fiscalização

Art. 42* - O contribuinte que houver cometido sonegação fiscal ou que reiteradamente viole a legislação tributária, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização e ao pagamento de imposto de acordo com o previsto nos incisos II ou III do artigo 150 desta Lei.

SEÇÃO IV

Da Suspensão ou Cancelamento de Benefícios

Art. 43* - Podem ser suspensas ou canceladas as concessões dadas aos contribuintes para se eximirem de pagamento total e parcial de tributos, na hipótese de infringência à legislação tributária pertinente.

Parágrafo único - A suspensão ou cancelamento serão determinados pelo Prefeito Municipal, considerada a gravidade e natureza da infração.

CAPÍTULO IV Do Processo Fiscal

SEÇÃO I Disposição Preliminar

Art. 44* - Processo Fiscal, para os efeitos deste Código, compreende o conjunto de atos e formalidades tendentes a uma decisão sobre:

- I- auto de infração;
- II- reclamação contra lançamento;
- III- consulta;
- IV- pedido de restituição.

Art. 45* - As ações ou omissões contrárias a legislação tributária serão apuradas por autuação, com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e o respectivo valor, aplicando-se ao infrator a pena correspondente e procedendo-se, quando for o caso, ao ressarcimento do referido dano.

Art. 46* - Considera-se iniciado o procedimento fiscal-administrativo para fim de excluir a espontaneidade da iniciativa do sujeito passivo:

- I- com a lavratura do termo de início da fiscalização ou intimação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais, e outros documentos de interesse para a Fazenda Municipal;
- II- com a lavratura do termo de retenção de livros e outros documentos fiscais;
- III - com a lavratura de auto de infração;
- IV - com qualquer ato escrito de agente do fisco, que caracteriza o início do procedimento para a apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do fiscalizado.

§ 1º - Iniciada a fiscalização ao contribuinte, terão os agentes fazendários o prazo de 30(trinta) dias para concluí-lo, salvo quando submetido a regime especial de fiscalização.

§ 2º - Havendo justo motivo, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado:

- I- mediante despacho do Secretário Municipal de Finanças, pelo período de até 30(trinta) dias.

Art. 47* - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter:

- I- local, dia e hora da lavratura;
- II- nome, estabelecimento e domicílio do autuado e das testemunhas, se houver;
- III- número da inscrição do autuado no C.G.C. ou CPF, e no Cadastro Municipal, quando for o caso;
- IV- descrição do fato que constitui Infração e Circunstancias Pertinentes;
- V- citação expressa do dispositivo legal infringido, inclusive do que fixa a respectiva sanção;

VI - cálculo dos tributos e multas;

VII - referência aos documentos que serviram de base à lavratura do auto;

VIII - intimação ao infrator para pagar os tributos e acréscimos e apresentar defesa, nos prazos previstos;

IX - enumeração de quaisquer outras ocorrências que possam esclarecer o processo.

§ 1º - As incorreções ou omissões verificadas no auto de infração não constituem motivos de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator.

§ 2º - Havendo reformulado ou alteração do auto de infração será devolvido ao contribuinte autuado o prazo de defesa previsto nesta Lei.

§ 3º - O auto lavrado será assinado pelos autuantes e pelo autuado e pelo autuado, seu representante ou proposto.

§ 4º - A assinatura do autuado poderá ser lançada simplesmente no auto ou sob protesto, e em nenhuma hipótese implicará em confissão da falta argüida, nem a sua recusa agravará a infração.

Art. 48º - O auto de infração só poderá ser lavrado por funcionários fiscais.

Art. 49º - Lavrado o auto, terão os autuantes o prazo obrigatório improrrogável de 48(quarenta e oito) horas para entregá-lo a registro, na repartição competente.

Parágrafo Único - A infração ao disposto neste artigo, sujeita o funcionário às penalidades fixadas no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 50º - A cada infração a este Código corresponderá obrigatoriamente uma autuação específica.

SEÇÃO II Da Representação

Art. 51º - Qualquer pessoa pode representar ao Secretário Municipal de Finanças contra ato violatório de dispositivo deste Código e de outras leis e regulamentos fiscais.

§ 1º - Recebida a representação, o Secretário Municipal de Finanças, tendo em vista a natureza e gravidade dos fatos indicados, determinará a realização das diligências cabíveis, as quais deverão estar concluídas no prazo de 30(trinta) dias e, se for o caso, a lavratura do auto de infração.

§ 2º - A representação de não funcionário far-se-á em petição assinada com firma reconhecida, e não será admitida quando:

- I - de autoria de sócio, diretor preposto ou empregado do contribuinte, em relação a fatos anteriores a data em que tenha perdido essa qualidade;
- II - desacompanhada ou sem indicação de provas.

SEÇÃO III Da Intimação

Art. 52º - Lavrado o auto de infração, o autuado será intimado para recolher o débito total, ou para apresentar defesa.

Art. 53º - A intimação far-se-á na pessoa do próprio autuado, ou na de seu representante ou preposto, mediante entrega de cópia e contra recibo no original.

§ 1º - Havendo recusa de receber a intimação, a cópia será remetida ao contribuinte por via postal com "aviso de recepção".

§ 2º - Quando desconhecido o domicílio tributário do contribuinte, a intimação poderá ser feita por Edital, publicado no Diário Oficial do Município.

SEÇÃO IV Da Defesa

Art. 54º - O autuado tem direito a ampla defesa.

Parágrafo Único - O autuado poderá recolher os tributos e acréscimos referentes a uma parte do auto, e apresentar defesa apenas quanto a parte não recolhida.

Art. 55º - O prazo para apresentação de defesa é de 30(trinta) dias, contados a partir da data da intimação.

Parágrafo Único - A contestação apresenta fora do prazo previsto no caput deste artigo não será apreciada, por intempestiva.

Art. 56º - Ao contribuinte que, no prazo de defesa, comparecer à repartição competente para recolher, total ou parcialmente, o débito constante do auto de infração, poderá ser concedida a redução de até 50(por cento) do valor da multa por infração, e demais encargos, nos termos do artigo 6, inciso II, desta Lei.

Parágrafo único - No caso de recolhimento parcial a multa de infração será reduzida na mesma proporção do débito principal recolhido.

Art. 57* - A defesa será reformulada em petição, datada e assinada pelo autuado ou seu representante, e deverá vir acompanhada de todos os elementos que lhe servirem de base.

§ 1º - Ao autuado é facultada a vista de processo, no órgão preparador, no prazo de defesa.

§ 2º - Poderão ser aceitas cópias xerox autenticadas de documentos, desde que não destinadas à prova de falsificação.

Art. 58* - A defesa será dirigida à Auditoria Fiscal da Secretaria Municipal de Finanças e conterá:

- I- a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- II- a qualificação do impugnante;
- III- os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- IV- as diligências que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem;
- V - o objetivo visado.

Art. 59* - Anexada a defesa, será o processo encaminhado ao funcionário atuante, ou seu substituto, para que, no prazo de 10(dez) dias, se manifeste sobre as razões oferecidas.

Parágrafo Único - O prazo é prorrogável por 10(dez) dias pelo Auditor Fiscal.

Art. 60* - Quando o auto lavrado tiver como fundamento a falta de recolhimento dos tributos escriturados nos livros fiscais do infrator revel, o débito será inscrito em dívida ativa, remetendo-se o processo diretamente ao órgão competente para essa inscrição.

Parágrafo único - A constatação da revelia do autuado, na hipótese de que trata este artigo, importa no reconhecimento da obrigação tributária e produz efeito da decisão final do processo administrativo.

SEÇÃO V Das Diligências

Art. 61* - Juntamente com a defesa poderá o autuado solicitar realização de perícias e outras diligências, indicando, desde logo, nome, profissão, e endereço de pessoas que deverão acompanhá-las.

Art. 62* - O Auditor Fiscal poderá solicitar, de ofício, a realização de diligências, inclusive perícias, quando as entender necessárias, e indeferirá as que prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Art. 63* - Se deferido o pedido de perícia, o Auditor Fiscal designará perito, de preferência servidor, sendo facultado às partes apresentar assistentes.

Parágrafo único - será fixado prazo para realização da perícia ou diligência, atendidos o seu grau de complexidade e o valor do crédito tributário em litígio.

Art. 64* - As despesas decorrentes da realização das perícias e outras diligências serão custeadas pelo atuado, quando por ele requeridas.

Art. 65* - O Auditor Fiscal poderá solicitar a emissão de pareceres sobre os processos em julgamento.

SEÇÃO VI Da Reclamação Contra Lançamento

Art. 66* - O contribuinte poderá oferecer reclamação contra o lançamento até a data do vencimento do tributo ou de suas parcelas, quando parcelado, não podendo esse prazo ser superior a 30(trinta) dias da entrega da notificação.

§ 1º - As reclamações apresentadas tempestivamente terão efeito suspensivo quanto às datas fixadas para pagamento do tributo.

§ 2º - As reclamações apresentadas e admitidas excepcionalmente fora dos prazos estabelecidos não terão efeitos suspensivos quanto as datas para pagamento, correndo o prazo contra o contribuinte, que se não quitar o débito até o encaminhamento do pedido, poderá fazê-lo em qualquer fase do processo.

Art. 67* - Apresentada a reclamação, o órgão responsável pelo ato a contestará no prazo de 10(dez) dias a contar da data do recebimento do processo.

Art. 68* - As reclamações não serão decididas sem a informação do órgão responsável pelo lançamento, sob pena de nulidade da decisão.

SEÇÃO VII Da Consulta

Art. 69* - É assegurado o direito de consulta sobre a interpretação e aplicação da legislação relativa aos tributos municipais.

Art. 70* - A consulta será formulada em petição assinada pelo contribuinte ou seu representante legal, indicado o caso concreto, e esclarecimento se versa sobre hipótese em relação a qual já se verificou o fato gerador da obrigação tributária.

Parágrafo único - A consulta somente poderá versar sobre uma situação específica e determinada, claramente explicitada no requerimento, não podendo abranger mais de um assunto.

Art. 71* - A consulta será dirigida à Auditoria Fiscal da Secretaria Municipal de Finanças, que poderá solicitar a emissão de pareceres.

Art. 72* - A Auditoria Fiscal terá o prazo de 30(trinta) dias para responder a consulta formulada.

§ 1º - O prazo referido interrompe-se a partir de quando for solicitada a realização de qualquer diligência ou a emissão de pareceres, recomendo a fluir no dia em que resultado das diligências ou parecer for recebido pela Repartição.

§ 2º - Enquanto não julgada definitivamente a consulta, não poderá o consulente sofrer qualquer ação fiscal que tenha por objeto o fato consultado ou o esclarecimento pedido.

Art. 73* - Não produzirá efeito e será indeferida de plano a consulta formulada:

I- em desacordo com o artigo 70º.

II- por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

III- por quem estiver sob procedimento fiscal iniciado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;

IV- quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente.

V- quando o fato estiver disciplinado em ato normativo publicado antes de sua apresentação;

VI - quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei;

VII - quando o fato for definido como crime ou contravenção penal;

VIII- quando não descrever, completa e exatamente, hipótese que se referir ou não contiver os elementos necessários à sua resolução, salvo a inexatidão ou emissão for excusável, a critério da autoridade julgadora.

Art. 74* - Da decisão da Auditoria Fiscal no processo de consulta será cientificado, por comunicação escrita, o contribuinte, que terá o prazo de 30(trinta) dias para adotar a solução dada, ou dela recorrer para o secretário Municipal de Finanças.

Parágrafo único - A decisão do secretário Municipal de Finanças será irrecorrível, na via administrativa, nos processos de consulta.

SEÇÃO VIII

Do Julgamento em Primeira Instância

Art. 75* - Os processos fiscais serão decididos, em primeira instância, pela Auditoria Fiscal, dentro do prazo de 30(trinta) dias.

Art. 76* - A decisão deverá ser clara e precisa, e conterá:

- I- o relatório, que mencionará os elementos e atos informadores, instrutórios e probatórios do processo, de forma resumida;
- II- os fundamentos de fato e de direito da decisão;
- III- a indicação dos dispositivos legais aplicados;

- IV - a quantia devida, discriminado as penalidades impostas e os tributos exigíveis, quando for o caso.

Art. 77* - As decisões serão publicadas, ainda que de forma reduzida, no Quadro de Avisos da Prefeitura.

Parágrafo único - A publicação referida neste artigo valerá, para todos os efeitos, como intimação ao contribuinte da decisão proferida.

Art. 78* - Quando a decisão julgar procedente o auto de infração, o autuado será intimado na forma prevista no artigo anterior, a recolher, no prazo de 30(trinta)dias, o valor da condenação.

SEÇÃO IX Do Julgamento em Segunda Instância

Art. 79* - Das decisões da Auditoria Fiscal caberá recurso, voluntário ou de ofício, para o Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 80* - Ao Conselho Municipal de Contribuintes compete julgar, em segunda instância administrativa os recursos de decisões fiscais, de conformidade com o que dispuser o seu Regulamento.

Art. 81* - O recurso voluntário será interposto no prazo de 30(trinta) dias, contados da data da intimação, contra decisão que impuser ou reconhecer obrigação tributária, principal ou acessória.

§ 1º - O prazo será contado a partir da ciência ou intimação da decisão, pelo autuado, reclamante ou requerente.

§ 2º - O recurso poderá ser interposto contra toda decisão, ou parte dela, presumindo-se que a impugnação é total quando o recorrente não especificar a parte de que recorrer.

Art. 82* - O Auditor Fiscal recorrerá de ofício, sob pena de responsabilidade, nos seguintes casos:

- I- das decisões favoráveis ao contribuinte, quando o considerar desobrigado do pagamento do tributo ou de penalidade pecuniária em montante superior a 100(cem) UFIR's;
- II- quando autorizar restituição de obrigação principal ou acessória superior a 100(cem) UFIR's.
- III- quando concluir pela desclassificação da infração descrita em processos resultantes de auto de infração;
- IV - quando a decisão excluir de ação fiscal alguns dos autuados.

Art. 83* - O recurso de ofício será interposto no próprio ato da decisão, mediante simples declaração do seu prolator.

Art. 84* - Se por qualquer motivo o recurso de ofício não for interposto, o servidor que tomar conhecimento dessa representará o Auditor Fiscal, encaminhando cópia da representação ao Conselho Municipal de Contribuintes.

§ 1º - Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.

§ 2º - Na ocorrência da hipótese prevista neste artigo, o Conselho Municipal de Contribuintes poderá requisitar o processo, de ofício.

Art. 85* - Os Agentes do fisco municipal são partes legítimas para interpor recurso voluntário para o Conselho Municipal de Contribuintes, de decisão contrária, no todo ou parte, à Fazenda Municipal.

Parágrafo único - O recurso de que trata este artigo será interposto independentemente de ter havido recursos de ofício.

Art. 86* - É facultado, antes da decisão final, a juntada de documentos que não importem em protelar o julgamento do processo.

Art. 87* - Cabe recurso para o Secretário Municipal de Finanças de decisão do Conselho Municipal de Contribuintes, salvo se adotada por unanimidade.

Art. 88* - As decisões do Conselho Municipal de Contribuintes serão publicadas sob a forma de resumo no Quadro de Aviso da Prefeitura, sendo observado, para efeito de intimação, o disposto no parágrafo único do artigo 77.

Art. 89 - Esgotado o prazo referido no artigo 81 sem que o autuado tenha recolhido os tributos e acréscimos ou impugnado a decisão do Conselho Municipal de Contribuintes, o processo será imediatamente remetido ao órgão competente para inscrição da dívida.

SEÇÃO X

Do Julgamento em Instância Especial

Art. 90 - O julgamento em instância especial é de competência do Secretário Municipal de Finanças.

Art. 91 - O Secretário Municipal de Finanças poderá converter julgamentos de recursos em diligência, solicitar a emissão de pareceres e determinar a produção de novas provas, quando entender insuficientes os elementos apresentados.

Art. 92 - A decisão do Secretário Municipal de Finanças, na fase de recurso, será final e definitiva no âmbito administrativo.

TÍTULO II Da Parte Especial

CAPÍTULO I

Do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana

SEÇÃO I Da Incidência e do Fator Gerador

Art. 93 - O Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse de bem imóvel, localizado no município.

Art. 94 - O bem imóvel, para os efeitos deste imposto será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º - Considera-se terreno ou bem imóvel:

- a) sem edificação;
- b) com construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;
- c) em que houver construção paralisada ou em andamento;
- d) em que houver edificações em ruínas, em demolição, interditada ou condenada;
- e) com edificação em área inferior a uma proporção à área total do terreno no que exceder a essa proporção, conforme regulamento.

Art. 95 - Considera-se prédio, para os efeitos deste imposto, o imóvel representado por edificação que possa servir para habitação ou para o exercício de quaisquer atividades, desde que não compreendido nas situações do parágrafo anterior.

Art. 96 - Para os efeitos deste imposto, são zonas urbanas:

I - a área em que existam, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo poder público:

- a) meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- b) abastecimento de água;
- c) sistema de esgoto sanitário;

- d) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- e) escola ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3(três) quilômetros de imóvel considerado;

II - a área igual ou inferior a 1(um) hectare mesmo que comprovadamente utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, agro-industrial ou turística;

III - a área urbanizável ou de expansão urbana, constante de loteamento destinado a habitação, à indústria e ao comércio e ao turismo.

Art. 97 - Incide ainda o imposto sobre imóvel com área igual ou inferior a 1(um)hectare, mesmo quando utilizado para exploração agrícola, pecuária, extrativa, agro-industrial ou turística.

Art. 98 - A incidência do imposto independente.

I- da legitimidade do título de aquisição ou da posse do bem imóvel;

II- do resultado econômico da exploração do bem imóvel;

III- do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas ao bem imóvel.

Art. 99 - O imposto constitui ônus que acompanha o imóvel em todos os casos de transferência de propriedade ou de direitos reais a ele relativos.

SEÇÃO II Do Contribuinte

Art. 100 - Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio ou seu possuidor a qualquer título.

Art. 101 - O imposto é devido, a critério da repartição competente:

I- por quem exerça a posse do imóvel, sem prejuízo da solidária dos possuidores indiretos;

II- por quaisquer dos possuidores indiretos, sem prejuízos da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

SEÇÃO III Da Base de Cálculo

Art. 102 - A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, fixado na forma desta Lei.

Parágrafo único - Na determinação da base de cálculo não se considera o valor dos bens imóveis mantidos em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, comodidade ou estética.

Art. 103 - A avaliação dos imóveis para efeito de apuração de valor venal, será feita fixada pelos índices genéricos de valores, calculados com base no valor do mercado.

Art. 104 - Os índices genéricos de valores serão baixados por Decreto até o dia 30 de dezembro de cada exercício, para vigorar de 1º de janeiro a 31 de dezembro de exercício seguinte.

Art. 105 - A Secretaria Municipal de Finanças corrigirá automaticamente, com base nos índices e atualização monetária previstos na legislação vigente, os valores, dos índices genéricos quando não baixados até a data prevista no artigo anterior.

Art. 106 - O executivo atendendo a certas condições peculiares aos critérios de avaliação adotados na fixação dos índices genéricos de valor, poderá reduzi-los até 30% (trinta por cento).

Parágrafo único - Para atender ao disposto neste artigo, o Executivo levará em consideração em cada caso, as condições previstas no artigo 103 no que couberam, inclusive ocorrência de calamidade pública ou outro motivo de força maior comprovado que tenha concorrido para a desvalorização do imóvel.

Art. 107 - Aplicar-se-á o critério de arbitramento para apuração do valor venal quando:

I- o contribuinte impedir o levantamento dos elementos necessários à fixação do valor do imóvel;

II- prédio se encontrar fechado.

SEÇÃO IV Da Inscrição

Art. 108 - Serão obrigatoriamente inscritos no cadastro Fiscal Imobiliário os imóveis existentes como unidades autônomas no Município e os que venham a surgir por desmembramento ou remembramento dos atuais, ainda que sejam beneficiados por isenções ou imunidades relativamente ao imposto.

Parágrafo único - Unidades Autônoma é aquela que permite uma ocupação ou utilização primitiva e que seu acesso se faça independentemente das demais ou igualmente com as demais por meio de áreas de acesso ou circulações comuns a todas, mas nunca através ou por dentro de outra.

Art. 109 - A inscrição dos imóveis no Cadastro Fiscal Imobiliário será promovida:

- I- pelo proprietário ou seu representante legal;
- II- por qualquer dos condôminos diviso;
- III - através de cada um dos condôminos, em se tratando diviso;
- IV- pelo promissário comprador no caso de compromisso de compra e venda;
- V- pelo inventariante, síndico, liquidante ou sucessor quando se tratar de imóvel pertencente ao espólio, massa falida ou sociedade em liquidação ou sucessão;
- VI - pelo possuidor do imóvel a qualquer título;
- VII - de ofício:

- a) em se tratando de imóvel federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica;
- b) através de auto de infração, após o prazo estabelecido para inscrição ou comunicação de qualquer natureza que resulte em modificações da base de cálculo do imposto.

Art. 110 - O contribuinte deverá declarar à Prefeitura dentro de 30(trinta) dias contados da respectiva ocorrência:

- I- a aquisição de imóveis construídos ou não;
- II- as reformas, demolições, ampliações, ou modificações de uso;
- III- a mudança de endereço para entrega de notificações ou substituições de responsáveis ou procuradores;
- IV- outros atos circunstanciais que possam afetar a incidência, o cálculo ou a administração do imposto.

Art. 111 - A Secretaria Municipal de Obras ou a que couber fornecerá à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 30(trinta) dias plantas de loteamento, desmembramento ou remembramento aprovadas pela Prefeitura, em escala que permita as anotações dos desmembramentos, se designando ainda as denominações dos logradouros, as identificações das quadras e dos lotes, a área total e as áreas cedidas ao patrimônio e as áreas verdes.

Art. 112 - Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer mensalmente, a Secretaria Municipal de Finanças, relação dos lotes que no mês anterior tenham sido alienados definitivamente, ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando quadra e lote, bem como o valor da transação, a fim de ser feita a anotação no cadastro imobiliário como também nome do adquirente e seu endereço residencial.

Art. 113 - Não será concedido habite-se a edificação nova, ou autorização para obras em edificação reconstruída ou reformada, antes da inscrição ou atualização do prédio no Cadastro Imobiliário.

Art. 114 - As construções ou edificações realizadas sem licença ou sem obediência às normas regulamentares serão inscritas e lançadas, unicamente para efeito de tributação.

Parágrafo único - A inscrição e o lançamento de que trata este artigo não criam direitos ao proprietário titular do domicílio útil ou possuidor e não excluem à Prefeitura o direito de promover a adaptação da construção às normas e prescrições legais ou a sua demolição independentemente das sanções cabíveis.

Art. 115 - O Cadastro Imobiliário será atualizado sempre que se verificar qualquer alteração decorrente da transmissão a qualquer título, parcelamento, desdobramento, fusão, demarcação, ampliação ou medição judicial definitiva bem como de edificação, reconstrução, reforma, demolição ou outra iniciativa ou providencia que modifique a situação anterior do imóvel.

§ 1º - A alteração poderá ser requerida por qualquer interessado, desde que apresente documento hábil, exigido pela repartição competente.

§ 2º - Os oficiais de Registro de Imóveis, devem remeter à secretaria Municipal de Finanças o requerimento de mudanças de nomes, preenchido com todos os elementos exigidos sob pena de multa correspondente a 80% (oitenta por cento) do imposto referente ao imóvel objeto do documento registrado, e relativo ao exercício em que tiver lugar a infração.

SEÇÃO V Do Lançamento

Art. 116 - O imposto é de lançamento anual, respeitada a situação do imóvel, conforme cadastro existente no início do exercício a que se referir a tributação salvo se ocorrer um dos seguintes fatos que determinar seu enquadramento nos artigos 129 ou 130:

- I- conclusão de edificação durante o exercício, quando o imposto será devido a partir da data do despacho que conceder o "habite-se", ou de sua efetiva ocupação;
- II- ocupação de prédios não concluídos ou de partes autônomas do edifício ou condomínios já concluídos, quando o imposto será devido a partir do mês seguinte à ocupação;
- III- demolição ou destruição de prédios no decorrer do exercício, quando o imposto será devido a partir do mês seguinte ao de sua destruição ou demolição.

Art. 117 - As alterações do lançamento, na ocorrência de ato ou fato que as justifiquem serão feitas no curso do exercício mediante processo e por despacho de autoridades competente.

Art. 118 - Não sendo cadastrado o imóvel, por omissão de sua inscrição, o lançamento será feito em qualquer época, por auto de infração, com base nos elementos que a repartição fiscal coligir, esclarecida esta circunstância no termo da inscrição.

Art. 119 - O lançamento será feito em nome do proprietário, titular do domínio útil ou possuidor do imóvel.

Parágrafo único - Também será feito o lançamento.

I- no caso de condomínio indiviso em nome de todos, algum, ou de um só dos condôminos, pelo valor total do tributo.

II- no caso de condomínio diviso, em nome de cada condomínio, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo.

III- não sendo conhecido o proprietário, em nome de quem esteja no uso e gozo do imóvel ou sem identificação do contribuinte.

Art. 120 - Os contribuintes do imposto terão ciência por meio de notificações ou de editais publicados em jornais de grande circulação ou no quadro de aviso da edilidade.

SEÇÃO VI Do Recolhimento

Art. 121 - O pagamento do imposto poderá ser efetuado em até 3 (três) parcelas ou em parcela única e nos prazos fixados pela Secretaria Municipal de Finanças.

SEÇÃO VII Das Infrações e Penalidades

Art. 122 - Constituem infrações passíveis de multa:

I- de 100%(cem por cento) do valor do tributo mas nunca inferior a 10(dez) UFIRs:

- a) a instrução de período de redução de tributo com documentos que contenham falsidade, no todo ou em parte;
- b) o gozo indevido de redução no pagamento do imposto.

II- de 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo, mas, nunca inferior a 12(doze) UFIRs.

- a) a falta de comunicação da edificação para efeitos de inscrição e lançamento;
- b) a falta de comunicação de reformas, ampliações ou modificações de uso.

III- de 50%(cinquenta por cento) do valor de tributos, mas nunca inferior a 15(quinze) UFIRs.

- a) a falta de comunicação da aquisição do imóvel;

- b) a falta de comunicação de quaisquer atos ou circunstâncias que possam afetar a incidência ou cálculo do tributo.

Art. 123 - As multas a que se refere o artigo anterior serão aplicadas para cada imóvel, independentemente de pertencerem a um mesmo proprietário e incidirão sobre o valor do tributo devido e não recolhido em decorrência de falta de comunicação de qualquer procedimento, ato ou circunstância que tiver afetado a incidência, o cálculo ou a administração do imposto.

SEÇÃO VIII

Do Imposto Predial

Art. 124 - O imposto predial incide sobre o imóvel construído no território do Município, independentemente de sua estrutura, forma, destinação ou utilização.

Parágrafo único - Considera-se construído para os efeitos deste imposto o imóvel representado por edificação que possa servir para habitação ou para o exercício de quaisquer atividades.

Art. 125 - O imposto predial será cobrado na base de 0,6% (seis décimos por cento) do valor venal do prédio.

Art. 126 - O valor venal do prédio é constituído pela soma dos valores venais de terreno e da edificação.

Art. 127 - São isentos do Imposto Predial:

- I- o prédio pertencente a servidor público municipal quando servir exclusivamente de sua residência;
- II- o prédio pertencente à viúva de qualquer servidor mencionado no inciso anterior, enquanto não contrair núpcias e desde que o mesmo lhe sirva de residência;
- III- o prédio pertencente a ex-combatente brasileiro, que tenha participado de operações de guerra, quando nele resida e desde que não possua outro prédio no município;
- IV- o prédio pertencente a sindicato, círculo operário, associação de classe, sociedade religiosa, artística, de pesquisa científica, beneficente e esportiva;
- V- o prédio pertencente a pessoa comprovadamente pobre na forma de Lei, que tenha área construída de até 50 m² (cinquenta metros quadrados) e encravado em terreno de área igual ou inferior a 120 m² (cento e vinte metros quadrados), quando nele resida e desde que não possua outro prédio no município e cujo valor venal não ultrapasa a 400 (quatrocentos) UFIRs.
- VI- o prédio pertencente a viúva de ex-combatente brasileiro, que não tenha contraído núpcias e que o mesmo lhe sirva de residência.

Art. 128 - As reduções e isenções serão requeridas ao prefeito Municipal, e instituídas com os documentos comprobatórios do favor pleiteado.

SEÇÃO IX Do Imposto Territorial Urbano

Art. 129 - O Imposto Territorial Urbano incide sobre o terreno sem edificação, situado no território do Município.

Parágrafo único - para os efeitos deste imposto, a qualificação do terreno independe da existência de:

- I- prédios em construção até a expedição do "habite-se";
- II- prédios em estado de ruína ou de qualquer modo inadequado temporariamente.

Art. 130 - O Imposto territorial Urbano será cobrado na base de:

- I- 1% (um por cento) do valor venal do imóvel.

Art. 131 - No caso de terrenos situados em vias e logradouros que o Poder executivo pretenda adequar o uso do solo urbano aos interesses sociais da comunidade, com os objetivos de fazer cumprir as posturas municipais, bem como promover ocupação das áreas, será aplicada a alíquota progressiva que aumentará ano a ano, em 100% (cem por cento).

§ 1º - A alíquota progressiva de que trata este artigo, não ultrapassará o limite de 10% (dez por cento).

§ 2º - Além da hipótese prevista no "caput" deste artigo, aplicar-se-á, ainda, a alíquota progressiva aos terrenos localizados em área determinadas pelo Poder Executivo, que não possuam muros e/ou calçadas.

§ 3º - A obrigatoriedade de construção de calçadas só será aplicada aos imóveis situados em logradouros providos de "meio-fio".

CAPÍTULO II Do Imposto Sobre Serviços

SEÇÃO I Do Fator Gerador e da Incidência

Art. 132 - O Imposto Sobre Serviços tem como fato gerador a prestação de serviços, por empresa ou profissional autônomo.

Art. 133 - Considera-se local da prestação de serviço:

I- o do estabelecimento prestador, ou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador;

II- no caso de construção civil onde se efetuar a prestação;

§ 1º - Entende-se por estabelecimento prestador o local onde sejam planejados, organizados, contratados, administrados, fiscalizados ou executados os serviços, total ou parcialmente, de modo permanente ou temporário, sendo irrelevantes para sua caracterização as denominações da sede, filial, agência, sucursal, escritório, loja, oficina ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 2º - considera-se domicílio tributário do contribuinte o território do município.

Art. 134 - A incidência do imposto independe:

I- da existência de estabelecimento fixo;

II- do fornecimento simultâneo de mercadorias;

III- do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas a atividades, sem prejuízo das comissões cabíveis;

IV- do resultado financeiro do exercício da atividade.

Art. 135 - Sujeitam-se ao Imposto Sobre Serviço;

1- Médicos, inclusive análises clínicas, atividades médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres.

2- Hospitais, Clínicas, sanatórios, Laboratórios de Análises, Ambulatórios, pronto-socorro, Manicômios, casas de Saúde, de Repouso e recuperação e congêneres.

3- Bancos de sangue, leite, pelo, olhos, semem e congêneres.

4- Enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária)

5- Assistência médica e congêneres previstos nos itens 1,2 e 3 desta lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados.

6- Planos de saúde prestados por empresas que não incluídas no item 5 desta lista o que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa, ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano.

7- Médicos veterinários.

8- Hospitais veterinários, Clínicas veterinárias e congêneres.

9- Guarda, tratamento, aneustramento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais.

- 10- Barbearios, cabeleireiros, manicuras, pedicuras, tratamento de pele, depilação e congêneres.
- 11- Banhos, duchas, saunas, massagens, ginásticas e congêneres.
- 12- Varrição, coleta, remoção e incineração de lixo.
- 13- Limpeza de rios e canais.
- 14- Limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins.
- 15- Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres.
- 16- Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos.
- 17- Incineração de resíduos quaisquer.
- 18- Limpeza de chaminés.
- 19- Saneamento ambiental e congêneres.
- 20- Assistência técnica.
- 21- Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa.
- 22- Planejamento, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
- 23- Análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisa e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza.
- 24- Contabilidade auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres.
- 25- Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
- 26- Traduções e interpretações.
- 27- Avaliação de bens.
- 28- Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres.
- 29- Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza.
- 30- Aerofotografia (inclusive interpretação), mapeamento e topografia.
- 31- Execução, por administração, por empreitada ou sub-empreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 32- Demolição.
- 33- Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

- 34- Pesquisa, perfuração, cimentação, perfuração, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo e gás natural.
- 35- Florestamento e reflorestamento.
- 36- Escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres.
- 37- Paisagismo, jardinagem e decoração (exceto fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICMS).
- 38- Raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias.
- 39- Ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos de qualquer grau ou natureza.
- 40- Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
- 41- Organização de festas e recepções: buffet (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
- 42- Administração de bens e negócios de terceiros e de consórcios.
- 43- Administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 44- Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e planos de previdência privada.
- 45- Agenciamento, corretagem, ou intermediação de títulos quaisquer (exceto dos serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 46- Agenciamento, corretagem, ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária.
- 47- Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia (franchise) e de faturação (factoring) excetuam-se os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.
- 48- Agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios excursões guias de turismo e congêneres.
- 49- Agenciamento, corretagem ou intermediações de bens imóveis e móveis não abrangidos nos itens 44, 45, 46 e 47.
- 50- Despachantes.
- 51- Agentes de propriedade industrial.
- 52- Agentes de propriedade artísticas ou literária.
- 53- Leilão.

- 54- Regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguros.
- 55- Armazenamento, depósito, carga, arrumação, e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 56- Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres.
- 57- Vigilância ou segurança de pessoas ou bens.
- 58- Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro de território do município.
- 59- Diversões públicas:
- a) Cinemas, e congêneres;
 - b) Bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;
 - c) Exposições, com cobrança de ingressos;
 - d) Bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante a compra de direitos para tanto, pela televisão ou pelo rádio;
 - e) Jogos eletrônicos;
 - f) Competições esportivas ou de destreza ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive a venda de direitos a transmissão pelo rádio pela televisão.
 - g) Execução de música, individualmente ou por conjuntos.
- 60- Distribuição e vendas de bilhetes de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios.
- 61- Fornecimento de música, mediante a transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto as transmissões radiofônicas ou de televisão).
- 62- Gravação e distribuição de filmes e vídeos-tapes.
- 63- Fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora.
- 64- Fotografia e cinematografia, inclusive, ampliação, revelação, cópia, reprodução e trucagem.
- 65- Produção para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres.
- 66- Colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço.

- 67- Lubrificação, limpeza e revisão de máquina, veículos, aparelhos e equipamento (exceto o fornecimento de peças, que fica sujeito ao ICMS).
- 68- Conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores elevadores ou de qualquer objeto (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS).
- 69- Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICMS).
- 70- Recauchutagem ou regeneração de pneus para usuário final.
- 71- Recondicionamento, acondicionamento, pintura, benéficamente, lavagem, secagem, fignimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação, e congêneres de objetos não destinados a industrialização ou comercialização.
- 72- Lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para o usuário final do objeto lustrado.
- *73- Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.
- *74- Montagem industrial, prestado ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 75- Cópia ou reprodução, ou quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos.
- 76- Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia.
- 77- Colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
- 78 - Locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil.
- 79 - Funerais.
- 80- Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
- 81 - Tintura e lavanderia.
- 82 - Taxidermia.
- 83- Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador de serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.

- 84- Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistema de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação).
- 85- Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periódicos, rádio e televisão).
- 86- Serviços aeroportuários; utilização de aeroportos; armazenagem interna.
- 87- Advogados.
- 88- Engenheiros, Arquitetos, urbanistas e Agrônomos.
- 89- Dentistas.
- 90- Economistas.
- 91- Psicólogos.
- 92- Assistentes Sociais.
- 93- Relações Públicas.
- 94- Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustentação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco central).
- 95- Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo banco Central: fornecimento de talões de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustentação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de créditos, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos, pagamentos por conta de terceiros, inclusive os efeitos fora de estabelecimento, elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamentos de extrato de contas; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes do correio, telegrama, telex e teleprocessamento, necessário à prestação de serviço).
- 96 - Transporte de natureza estritamente municipal.
- 97- Comunicação telefônicas de um outro aparelho dentro do mesmo município.
- 98- Hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária fica sujeito ao Imposto sobre Serviço).
- 99- Distribuições de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.
- 100- Serviços profissionais e técnicos não compreendidos nos itens anteriores e a exploração de qualquer atividade que represente prestação de serviços e não configure fato gerador de imposto de competência da União ou do Estado.

Art. 136 - Excluem - se da incidência do Imposto;

I- os que prestam serviços sob relação de emprego;

- II- os trabalhadores avulsos, definidos em regulamento;
- III- os diretores e membros de Conselhos Consultivos e Fiscais de sociedade.

SEÇÃO II Do Contribuinte

Art. 137 - Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

Parágrafo único - Considera-se prestador o profissional autônomo ou a empresa que exercer, em caráter permanente ou eventual, quais das atividades constantes do artigo 135.

Art. 138 - Para os efeitos deste imposto, entende-se:

I - por empresa:

- a) todas e qualquer pessoa jurídica, inclusive a sociedade civil ou de fato, que exercer atividade econômica de prestação de serviço;
- b) a firma individual que exercer atividade econômica de prestação de serviço.

II - por profissional autônomo:

- a) o profissional liberal, assim considerado todo aquele que realiza trabalho ou ocupação intelectual (científica, técnica ou artística), de nível universitário ou a este equiparado, com o objetivo de lucro ou remuneração.
- b) o profissional não liberal, compreendido todo aquele que, não sendo portador de diploma de curso universitário ou a este equipado, desenvolva uma atividade lucrativa de forma autônoma.

Parágrafo único - Equipara-se a empresa, para efeito de pagamento do imposto, o profissional autônomo que:

- a) utilizar de 02 (dois) empregados, a qualquer título, na execução direta ou indireta dos serviços por ele prestados;
- ~~b) não comprovar a sua inscrição no cadastro geral de Prestadores de serviços do Município.~~

Art. 139 - O Contribuinte que exercer, em caráter permanente ou eventual, mais de uma das atividades relacionadas no artigo 135, ficará sujeito ao imposto que incidir sobre cada uma delas inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

SEÇÃO III Dos Responsáveis pelo Imposto

Art. 140 - Responsável pelo pagamento do imposto é a pessoa que se utiliza de serviço de terceiro e, ao efetuar o respectivo pagamento, deixa de reter o valor do tributo devido pelo prestador, quando:

- I- o prestador do serviço não emitir a correspondente nota fiscal ou o outro qualquer documento admitido pela Fiscalização, se o serviço for prestado por empresa;
- II- o prestador do serviço não apresentar o comprovante certificado de inscrição no Cadastro geral dos Prestadores de serviços do Município se o serviço for prestado por profissional autônomo ou por entidade de que trata o artigo 138.

Art. 141 - A pessoa que se tornar responsável pelo imposto deverá dar ao contribuinte o competente comprovante da retenção, a que se refere o artigo anterior.

Art. 142 - Quando o prestador do serviço não apresentar os documentos referidos no artigo 140, desta lei, o usuário descontará, no ato do pagamento, o valor do imposto devido de conformidade com a alíquota prevista para a respectiva atividade.

Art. 143 - Na hipótese de não efetuar o desconto a que estava obrigado a providenciar, ficará o usuário do serviço responsável pelo pagamento do valor correspondente do tributo não descontado.

Art. 144 - O recolhimento do imposto retido na fonte far-se-á em nome do responsável pela retenção, observando-se, quando a prazo de recolhimento, o disposto no artigo 165, desta lei.

Art. 145 - As pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas por regime de imunidade ou isenção tributária sujeitam-se às obrigações previstas nesta seção, sob pena de suspensão ou perda do benefício.

SEÇÃO IV Da Base de Cálculo

Art. 146 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

Art. 147 - O preço do serviço, para efeito de apuração da base de cálculo, será obtido:

- I- pela receita mensal do contribuinte, quando se tratar de prestação de serviço em caráter permanente;
- II- pelo valor pecuniário cobrado, quando se tratar de prestação de serviços de caráter eventual, seja descontinua ou isolada.

Parágrafo único - A caracterização do serviço, em função de sua permanente execução ou eventual prestação, apurar-se-á a critério da autoridade administrativa, a habitualidade com que o prestador desempenhar atividade.

Art. 148 - Considera-se preço do serviço para efeito de cálculo do imposto, tudo que for recebido em virtude da prestação, seja na conta ou não.

- 1- Incorporam-se ao preço do serviço os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros.
- 2- Quando a contraprestação se verificar através de troca de serviços ou se seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, o preço do serviço para base de cálculo para o imposto será o preço corrente na praça.
- 3- No caso de concessão de descontos ou abatimentos sujeitos à condição, o preço-base para o cálculo será o preço normal, sem levar em conta essa concessão.
- 4- No caso de prestação de serviços a crédito, sob qualquer modalidade inclui-se na base de cálculo o ônus relativo a concessão de crédito, ainda que cobrado em separado.

Art. 149 - O preço de determinados serviços poderá ser fixado pela autoridade administrativa:

- I- em pauta que reflita o corrente na praça;
- II- por arbitramento, nos casos especificamente previstos;
- III- mediante estimativa, quando a base de cálculos não oferecer condição de apuração pelos critérios normais.

Art. 150 - O preços dos serviços poderá ser arbitrado, sem prejuízo das penalidades cabíveis, nos seguintes casos específicos:

- I- quando o contribuinte não exibir à fiscalização elementos necessários à comprovação da receita apurada, inclusive nos casos de inexistência, perda ou extravio dos documentos fiscais;
- II- quando o contribuinte não estiver inscrito.

Art. 151 - O arbitramento será fixado por despacho da autoridade fiscal competente que considerará, fundamentalmente:

- I- os recolhimentos efetuados em períodos idênticos pelo mesmo ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade, em condições semelhantes;
- II- os elementos que exteriorizem a situação econômico - financeira do contribuinte;
- III- o preço corrente dos serviços, à época a que se referir a apuração;
- IV- os fatores inerentes e as condições peculiares ao ramo de negócio ou atividade, considerados especialmente os que permitem uma avaliação do provável movimento tributário.

Art. 152 - Quando o volume, natureza ou modalidade de prestação do serviço se revestir de condições excepcionais para a obtenção do seu preço, a sua base de cálculo poderá ser fixada por estimativa, a critério do secretário Municipal de Finanças, observadas as seguintes normas:

- I- com base em informações do contribuinte e em outros elementos informativos, inclusive estudos de órgão públicos e entidades de classe diretamente vinculadas à atividade. Serão estimados o valor provável das operações tributárias e do imposto total a recolher.
- II- o montante do imposto assim estimado terá as condições de seu recolhimento fixas pela autoridade administrativa.
- III- findo o período o qual se faz a estimativa, ou deixando o sistema de ser aplicado por qualquer motivo, serão apurados o preço real dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença apurada ou tendo direito a restituição do excesso pago conforme o caso;
- IV- independentemente de qualquer procedimento fiscal e sempre que se verificar que o preço total dos serviços excedeu a estimativa, fica o contribuinte obrigado a recolher, no prazo previsto, o imposto pela diferença.

§ 1º - O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá a critério da autoridade competente, ser feito individualmente, por categoria de contribuintes e grupos ou setores de atividade.

§ 2º - A autoridade poderá, a qualquer tempo e a seu critério, suspender a aplicação do sistema previsto neste artigo, de modo geral ou individual, bem como rever os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustar as prestações subsequentes à revisão.

§ 3º - A aplicação do regime de estimativa independará do fato de que para a respectiva atividade haja sido a alíquota aplicável, bem como da circunstância de se encontrar o contribuinte sujeito a possuir escrita fiscal.

Art. 153 - O imposto devido pelos profissionais autônomos em decorrência de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal, será cobrado anualmente pelos seguintes valores:

- I- 20(vinte) UFIRs, quando se tratar de titular por estabelecimento de nível superior;
- II- 15 (quinze) UFIRs, quando se tratar de profissional referido ao inciso anterior com menos de 02(dois) de formado;
- III- 10 (dez) UFIRs, em relação aos portadores de diploma de nível médio ou equivalente;
- IV- 05 (cinco) UFIRs, para aquelas categorias profissionais não previstas nos itens anteriores.

Parágrafo único - Quando a prestação de serviços pelo profissional autônomo não ocorrer sob a forma de trabalho pessoal e verificada a equiparação prevista no parágrafo único do artigo 138 desta Lei, o imposto terá como base de cálculo o preço do serviço, aplicando-se a alíquota aplicada pela atividade exercida.

Art. 154 - Ocorrendo a hipótese de os serviços a que se referem os itens 01, 04, 07, 24, 51, 87, 89, 90 e 91 do artigo 135 desta Lei, serem prestados por sociedade civil de profissionais o imposto será devido pela sociedade à razão de 10(dez) UFIRs por mês, em relação a cada profissional habilitado sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos de legislação aplicável.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica às sociedades em que existia:

- I- sócio habilitado ao exercício da atividade correspondente aos serviços prestados pela sociedade;
- II- sócio pessoa jurídica;
- III- mais de 03(três) empregados, de qualquer categoria, profissionalmente não habilitados ao exercício da atividade correspondente aos serviços prestados pela sociedade.

2º §º. Ocorrendo qualquer das hipótese previstas no parágrafo anterior, a sociedade pagará o imposto tamanho como base de cálculo o preço cobrado pela execução dos serviços.

→ **Art. 155** - Na prestação de serviços a que se referem os itens 31, 32 e 33 do artigo 135, o imposto será calculado sobre o preço cobrado, deduzidas as parcelas correspondentes:

- a) ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador de serviços;
- b) ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

Art. 156 - ressalvados os casos expressamente previstos nesta Seção, o imposto será calculado pela aplicação ao respectivo preço das seguintes alíquotas;

- I- ensino de qualquer natureza 5% (cinco por cento);
- II- execução de obras de construção civil 5% (cinco por cento);
- III- hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos de sangue, casas de saúde 5% (cinco por cento);
- IV- transporte de natureza estritamente municipal 5%(cinco por cento);
- V- diversões públicas.
 - a) Cinemas - 10% (dez por cento);
 - b) Demais - 5% (cinco por cento);
- VI- demais serviços tributáveis 5% (cinco por cento).

SEÇÃO V Da Inscrição

Art. 157 - A pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita ao imposto, ainda que isenta deste ou dele imune, deverá inscrever-se no Cadastro Geral dos Prestadores de Serviços no Município, antes de iniciar quaisquer atividades.

Art. 158 - Ficará também obrigado à Inscrição no Cadastro de que trata o artigo anterior aquele que, não estabelecido no município exerça no território deste, atividade sujeita ao imposto.

Art. 159 - A inscrição far-se-á:

- I- através de solicitação do contribuinte ou de seu representante legal, com preenchimento de formulário próprio; e
- II- do ofício.

Art. 160 - As características da inscrição deverão ser permanentemente atualizadas, ficando o contribuinte obrigado a comunicar qualquer alteração, dentro de 30(trinta) dias, a contar da data de sua ocorrência.

Art. 161 - O contribuinte é obrigado a comunicar a cessão da atividade à repartição fiscal competente, no prazo de 05 (cinco dias, contados da data do fato).

Art. 162 - A anotação, na inscrição, de ter o contribuinte cessado sua atividade, não implica quitação de qualquer débito de sua responsabilidade porventura existente.

SEÇÃO VI Do Lançamento do Recolhimento.

Art. 163 - O lançamento será feito com base nos dados constantes no Cadastro Geral dos Prestadores de serviços do Município e das Declarações e Guias de Recolhimento.

Parágrafo único - O lançamento será feito de ofício:

- I- quando a Guia de Recolhimento não for apresentada no prazo previsto;
- II- nos casos previstos no artigo 151;
- III- na hipótese de atividades sujeita à taxa fixa.

Art. 164 - Ressalvadas as hipóteses expressamente previstas nesta Lei, o recolhimento do imposto, a se efetuar na Secretaria Municipal de Finanças ou em entidades autorizadas, ocorrerá:

- I- anualmente, nas épocas fixadas pela Secretaria Municipal de Finanças, no caso das atividades referidas no artigo 154;
- II- mensalmente, até o dia do mês subsequente que for determinado através de ato do secretário Municipal de Finanças, para os contribuintes sujeitos à tributação sobre o movimento econômico e no caso dos previstos no artigo 157 desta Lei e quando se tratar de imposto descontado na fonte;
- III- dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência do fato gerador, no caso das atividades atingidas pelo inciso V, artigo 157, quando exercidas em caráter eventual.

Parágrafo único - Independente dos critérios estabelecidos neste artigo, poderá a autoridade administrativa, atendendo a peculiaridade de cada atividade e as conveniências do fisco e do contribuinte, adotar outras modalidades de recolhimento, inclusive em caráter de substituição.

Art. 165 - As guias de recolhimento, declarações e quaisquer outros documentos necessários ao cumprimento do disposto neste capítulo obedecerão aos modelos aprovados pela Secretaria Municipal de Finanças.

SEÇÃO VII Da Escrita e do Documento Fiscal

Art. 166 - O contribuinte fica obrigado a manter, em cada um de seus estabelecimentos sujeitos à inscrição, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Finanças estabelecerá os modelos de livros fiscais, a forma, os prazos e as condições para a sua escrituração podendo ainda dispor sobre a dispensa da obrigatoriedade de manutenção de determinados livros, tendo em vista a natureza dos serviços ou ramo de atividade do contribuinte.

Art. 167 - Em nenhuma hipótese poderá o contribuinte atrasar a escrituração dos livros fiscais por mais de 30 (trinta) dias.

Art. 168 - A Secretaria Municipal de Finanças definirá igualmente os modelos de notas fiscais e documentos equivalentes a serem utilizados pelos contribuintes, cabendo-lhe, ainda, estabelecer as normas relativas:

- I- a obrigatoriedade de dispensa de emissão;
- II- ao conteúdo e indicação;
- III- a forma de utilização;
- IV- a autenticação;
- V- a impressão;
- VI- a quaisquer outras condições.

SEÇÃO VIII Das Isenções

Art. 169 - São isentos do imposto:

- I- os pequenos artífices, como tais considerados aqueles que, não estabelecidos, sem porta aberta para via pública e sem propaganda de qualquer espécie, trabalhando por conta própria e sem empregados, não considerando se como tais os filhos e cônjuge do responsável, além daqueles definidos em regulamento;

II- as federações, associações e clubes desportivos devidamente legalizados, em relação a jogos e outras atividades desportivas realizadas sob a responsabilidade direta dessas entidades;

III- o profissional ambulante, e também os localizados em feiras-livres;

IV- os sindicatos, círculos operários, associações populares, conselhos de comunidade ou comunitários e clubes de mães, assim como bailes e demais espetáculos de diversões nos mesmos realizados;

V- as atividades individuais de pequeno rendimento, que prestem serviços na forma do inciso II deste artigo, destinadas exclusivamente ao sustento de quem as exerce ou sua família, definidas em regulamento.

Art. 170 - As inscrições serão requeridas ao Secretário Municipal de Finanças, devendo o interessado instruir o pedido com os documentos necessários a concessão do fator fiscal.

CAPÍTULO III

Do Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis

SEÇÃO I

Do Fato Gerador

Art. 171 - O Imposto sobre Transmissão inter vivos de Bens Imóveis, por ato oneroso, tem como fato gerador;

I- a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domicílio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física;

II- a transmissão, a qualquer título de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III- a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Art. 172 - O imposto não incide sobre a transmissão de bens ou direitos, quando:

I- decorrente de incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital nela subscrito;

II- decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tiver, como atividade preponderante, a compra e a venda de bens imóveis e seus direitos reais, a alocação de bens ou arrendamento mercantil.

§ 2º - Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 24 (vinte e quatro) meses posteriores ou anteriores a aquisição, decorrer, das transações mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 24 (vinte e quatro) meses dessa, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior levando-se em conta os 36 (trinta e seis) meses seguintes da data da aquisição.

§ 4º - Verificada a preponderância referida no § 1º, o imposto é devido, nos termos da Lei vigente à data da aquisição, calculado sobre bem ou direito, naquela data, corrigida a expressão monetária real da base de cálculo para o dia do efetivo pagamento do crédito tributário, e sobre ele incidentes juros e penalidades legais.

SEÇÃO II Da Base de Cálculo

Art. 173 - A base de cálculo do imposto é o valor de mercado do bem ou dos direitos transmitidos ou cedidos, apurados no momento da transmissão ou cessão.

Art. 174 - A Base de cálculo do imposto é determinada pela administração tributária, através de apuração feita a partir dos elementos de que dispuser e daqueles declarados pelo sujeito passivo.

SEÇÃO III Do Contribuinte

Art. 175 - O contribuinte do imposto é o adquirente, o cessionário ou os permutantes do bem ou direitos transmitidos.

Art. 176 - Responde solidariamente pelo pagamento do imposto:

- I- o transmitente;
- II- o cedente;
- III- os tabelães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados, em razão de seu ofício ou pelas omissões de sua responsabilidade.

SEÇÃO IV Da Aliquota e do Recolhimento

Art. 177 - A alíquota do imposto é 2% (dois por cento) sobre sua base de cálculo.

Art. 178 - O recolhimento será efetuado nas formas e prazo consoante dispuser o regulamento.

SEÇÃO V Da Isenção

Art. 179 - É isenta do imposto a primeira transmissão de habitação popular destinada a residência do adquirente de baixa renda, das que outra não possua em seu nome ou do cônjuge.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo fica definido como popular, a habitação residencial unifamiliar de até 40 (quarenta) metros quadrados de área construída encravando em terreno de até 120 (cento e vinte) metros quadrados de área total e cuja renda mensal dos 6 (seis) meses anteriores ao do pagamento do imposto perceber remuneração inferior a 1 salário mínimo.

SEÇÃO VI Das Multas por Infração

Art. 180 - São passíveis de multa:

- I- de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, nunca inferior a 10 (dez) UFIRs, o contribuinte que deixou de pagá-lo dentro de 30 (trinta) dias contados da celebração do contrato de compra e venda, cessão de direito ou promessa integralmente quitada.
- II- de 100% (cem por cento) do valor do imposto, nunca inferior a 20 (vinte) UFIRs, os tabeliães, escrivães e oficiais do registro de imóveis quando lavrarem escritura após o prazo de validade previsto no parágrafo único do artigo 56, sem o comprovante do pagamento de complementação.
- III- de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto, nunca inferior a 100 (cem) UFIRs os tabeliães, escrivães e oficiais do registro de imóveis quando a lavrarem, registro ou averbação de atas, escrituras, contratos ou títulos de qualquer natureza sem a prova do pagamento do imposto.

SEÇÃO VII Das Obrigações dos Serventuários de Ofício

Art. 181 - Relativamente aos tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício são obrigações:

- I- não praticar qualquer ato que importe em transmissões de bens ou direitos sujeitos ao imposto sem o documento de arrecadação original, que será transcrito no instrumento respectivo;
- II- facultar a qualquer agente da Fazenda Pública Municipal o exame, em cartório, de livros, registros e outros documentos relacionados com o imposto, assim como

fornecer, gratuitamente as certidões que lhes forem solicitadas para fins de fiscalização.

Parágrafo único - Nos casos de isenção ou imunidade é transcrita a certidão do ato que a reconhece, passada pela autoridade da administração tributária municipal.

CAPÍTULO IV Das Taxas

SEÇÃO I Do Fato Gerador

Art. 182 - As taxas cobradas pelo Município tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

Art. 183 - As taxas municipais são as seguintes:

- I- taxa de licença para a localização de estabelecimento;
- II- taxa de licença para execução de obras e urbanização de áreas particulares;
- III- taxa de licença para publicidade;
- IV- taxa de turismo;
- V- taxa de limpeza pública;
- VI- taxa de pavimentação;
- VII- taxa de conservação de vias e logradouros.

Art. 184 - As taxas serão cobradas de acordo com o disposto no capítulo de tabelas anexas.

SEÇÃO II Das Taxas de Licença - Disposições Gerais

Art. 185 - As taxas de licença, previstas no artigo 191, incisos I, II e III, são cobradas para o exercício ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização do Município.

Art. 186 - Ao solicitar a licença, o contribuinte deve fornecer à Prefeitura todos os elementos e informações necessárias à sua inscrição no cadastro Fiscal.

Art. 187 - As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, contendo os seguintes elementos:

- I- nome da pessoa a quem for concedido;
- II- local do estabelecimento ou do funcionamento da atividade;
- III- ramo do negócio ou da atividade;

- IV- restrições;
- V- número da inscrição do órgão fiscal competente;
- VI- horário de funcionamento, quando houver.

Art. 188 - O contribuinte da taxa de licença é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício de atividade ou na prática de atos sujeitos ao poder de polícia do Município.

Art. 189 - As taxas de licença serão arrecadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia, observado-se os prazos constantes deste Código.

SEÇÃO III

Da Taxa de licença para a localização de Estabelecimento.

Art. 190 - A taxa de licença para a localização de estabelecimento tem como fato gerador o poder de polícia do Município, em regular a localização de estabelecimento pertencente a pessoa jurídica, com caráter permanente ou eventual, ainda que seja local ocupado por outro estabelecimento ou residência.

Art. 191 - Para efeito de licença considerar-se-ão estabelecimentos distintos:

- I- os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas; e
- II- os que, embora com idêntico ramo de negócio e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em prédios, distintos ou locais diversos.

Art. 192 - A taxa será devida por ocasião do licenciamento inicial da renovação anual, e toda vez que se verificar mudança no ramo de atividade do contribuinte.

Parágrafo único - Os círculos e parques de diversões estarão sujeitos a taxa unicamente quando o primeiro licenciamento dentro do exercício.

Art. 193 - A licença será concedida desde que as condições de higiene, segurança e localização do estabelecimento sejam adequadas a espécie de atividade a ser exercida, e sob a condição de a sua construção seja compatível com a polícia urbanística do Município.

Art. 194 - Nos casos de atividades múltiplas, exercidas no mesmo local, a taxa será calculada e devida levando-se em consideração a atividade sujeita ao maior ônus fiscal.

Art. 195 - A taxa de licença será cobrada de conformidade com a tabela I, anexa.

SEÇÃO IV

Taxa de licença para Publicidade

Art. 196 - A taxa de licença para publicidade tem como fato gerador a exploração e utilização dos meios de publicidade nas vias e logradouros do município, bem como nos locais de acesso ao público.

§ 1º - Incide a taxa sempre que a publicidade for visível da via pública, mesmo que o contribuinte utilize propriedade pública ou particular.

§ 2º - Ainda que visível da via pública, não é devida a taxa quando a publicidade se encontrar afixada no interior do estabelecimento.

Art. 197 - A exploração ou utilização dos meios de publicidade dependem sempre da prévia autorização da Prefeitura e do pagamento da taxa, constante da tabela II, anexa.

§ 1º - O recibo de pagamento da taxa valerá como inscrição para exploração ou utilização da publicidade.

§ 2º - A publicidade feita nos estabelecimentos produtores industriais, ou de prestações de serviços, assim como todos os tipos de pinturas fixas, não estão obrigados ao pedido de renovação anual, sendo feito o lançamento, automaticamente, em cada exercício.

Art. 198 - O pedido de licença para publicidade deve ser instruído com a descrição detalhada do meio de publicidade, de sua situação, posição, e todas as suas demais características e condições.

Parágrafo único - Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização de uso do local.

Art. 199 - O lançamento da taxa é anual, mensal ou diário, conforme o tipo de publicidade, utilizada, e será válida para o período a que se referir.

Art. 200 - São contribuintes da taxa:

- I- a pessoa promotora da publicidade;
- II- a pessoa que explore ou utilize a publicidade de terceiros;
- III- a pessoa a quem a publicidade aproveita;
- IV- o proprietário de bens móveis que autorizar ou permitir a fixação ou pintura de publicidade nos referidos bens.

Art. 201 - A taxa de publicidade será arrecadada:

- I- juntamente com o lançamento da licença para localização do estabelecimento;
- II- por lançamento anual, quando feita através de placas de programação ou pinturas fixas;
- III- à boca do cofre nos demais casos inclusive quando feita em painéis susceptíveis de substituição da publicidade explorada devendo constar, neste caso, expressamente, do recibo de pagamento da taxa, o prazo da licença.

SEÇÃO V

Taxa de Licença para Execução de Obras e Urbanização de áreas Particulares.

Art. 202 - A taxa de licença para execução de obras e urbanização de áreas particulares tem como fato gerador a concessão de licença para execução de obras e atividades constantes da tabela III anexa.

§ 1º - Nenhuma obra poderá ter início sem o pagamento prévio da licença referida neste artigo.

§ 2º - Para os efeitos deste artigo, o licenciamento deve ser requerido observadas as exigências do Código de Obras do Município, e com indicação dos elementos necessários ao perfeito cálculo do tributo.

Art. 203 - A licença terá período de validade fixada de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

Parágrafo único - Findo o período de validade da licença, sem estar concluída a obra, o contribuinte é obrigado a renová-la, mediante o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa.

Art. 204 - São isentos da taxa:

I- a construção ou edificação;

- a) de tipo titular, com área máxima de construção de 36 m² (trinta e seis metros quadrados), quando destinada a moradia do próprio requerente;
- b) de viveiro, telheiro, galinheiro, caramanchão, estufa, caixa de água e tanque;
- c) escadaria, muralha de sustentação, muro, gradil, cerca de passeio em logradouros;
- d) de sedes ou dependências de entidades sociais, reconhecidas de utilidade pública pelo Município.

II- a reconstrução, acréscimo, modificação, reforma ou conserto;

III- as pinturas internas ou externas e demais obras de conservação;

IV- a colocação ou substituição:

- a) de edificação de tipo popular com área máxima de 8 m² (oito metros quadrados) destinada a memória de habitação de proprietário;
- b) de viveiro, telheiro, galinheiro, caramanchão, estufa, caixa de água e tanque;
- c) escadaria, muralha de sustentação, muro, gradil, cerca de passeio em logradouros;

d) de sedes ou dependências de entidades sociais, reconhecidas de utilidade pública pelo Município.

V- a renovação ou conserto de revestimento de fachadas;

VI- a colocação ou substituição:

- a) de portas de ferro ou de madeira e grades sem alteração da fachada ou vão;
- b) de aparelhos destinados a salvação em casos de acidentes;
- c) de aparelhos fumívoros;
- d) de aparelhos de refrigeração;

VIII- o assentamento das instalações mecânicas, até 5 HP.;

IX- as sondagens de terrenos;

X- as construções e instalações destinadas a agricultura, pecuária, avicultura, piscicultura, apicultura e assemelhados, localizados em zonas próprias.

SEÇÃO VI Taxa de Turismo

Art. 205 - A taxa de turismo tem como fato gerador a hospedagem em hotel de primeira categoria e será devida por seus hóspedes à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da UFIR por dia de hospedagem.

Art. 206 - A cobrança da taxa de turismo cessará após o 30º (trigésimo) dia de permanência do hóspede no hotel.

Art. 207 - É responsável pela cobrança da taxa de turismo o hotel em que esteja hospedado o contribuinte, devendo dita cobrança ser efetuada por ocasião da liquidação das contas de hospedagem.

Art. 208 - A cobrança da taxa far-se-á em talonário próprio, segundo o modelo estabelecido pela Prefeitura, devendo uma das vias se fornecida, obrigatoriamente ao contribuinte.

Art. 209 - O hotel responsável pela arrecadação efetuará o seu recolhimento à secretaria Municipal de Finanças até o dia 10(dez) do mês subsequente àquele em que o tributo for cobrado.

SEÇÃO VII Taxa de Limpeza Pública

Art. 210 - A taxa de limpeza pública tem como fato gerador a prestação, pela prefeitura de quaisquer dos seguintes serviços, utilizados pelo contribuinte ou posto a sua disposição:

- I- coleta e remoção de lixo, colocação de recipientes coletores lixo em vias e logradouros públicos;
- II- variação de vias e logradouros públicos;

Art. 211 - Responsável pelo pagamento da taxa é o proprietário, titular do domicílio útil ou possuidor, a qualquer título, do imóvel situado em logradouros ou vias em que haja a prestação de quaisquer dos serviços relacionados no artigo anterior.

Art. 212 - A taxa será calculada através da UFIR, de acordo com a tabela que se segue:

- I- para imóveis não edificados a razão de 100% (cem por cento), por metro linear de testada e por ano.
- II- para os imóveis edificados a razão de 200% (duzentos por cento), por metro linear de testada e por ano.

§ 1º - Ocorrendo a hipótese do imóvel ter acesso por duas vias ou logradouros, a taxa incidirá sobre as respectivas testadas.

Art. 213 - A taxa será lançada e arrecadada juntamente com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, ou separadamente, a critério da Secretaria Municipal de Finanças.

SEÇÃO VIII Taxa de Pavimentação

Art. 214 - A taxa de pavimentação tem como fato gerador a execução, pelo Município, de obras ou serviços de pavimentação d vias ou logradouros, no todo ou em parte ainda não pavimentados.

Art. 215 - Contribuinte da taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor do imóvel situado nas vias ou logradouros públicos em que tiverem sido executadas as obras de pavimentação.

Art. 216 - A taxa será exigida a razão a de 20% (vinte por cento) do valor da UFIR, por metro de testada do bem imóvel beneficiado pelo serviço.

§ 1º - Quando o bem imóvel estiver situado em esquina, no cálculo da taxa será levada em conta a testada relativa ao logradouro, ou logradouros, objetos dos serviços.

Art. 217 - A taxa de pavimentação será cobrada a partir de 30(trinta) dias após a conclusão definitiva das respectivas obras.

Art. 218 - Ficam isentos do pagamento da taxa de pavimentação os contribuintes participantes de projetos de pavimentação sob o regime de Contribuição de melhoria.

SEÇÃO IX

Taxa de Conservação de Vias e Logradouros

Art. 219 - A taxa de conservação de vias e logradouros tem como fato gerador a conservação dos leito pavimentados de vias e logradouros públicos.

Art. 220 - O contribuinte da taxa é o proprietário titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título de imóveis, edificados ou não situados em vias ou logradouros públicos dotados de pavimentação de qualquer tipo.

Art. 221 - A taxa será calculada considerando a média linear de testada do imóvel, a razão de 20% (vinte por cento) da UFIR, observada a norma do parágrafo segundo do artigo 219.

Art. 222 - A taxa será arrecada juntamente com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, obedecidos os mesmos prazos e condições fixados para estes.

SEÇÃO X

Taxa de Licença para Execução de Loteamento, Desmembramento e Remembramento

Art. 223 - A taxa de Licença para execução de loteamento, desmembramento e remembramento é devida pelos titulares de terrenos a serem loteados, desmembrado ou remembrados pela apreciação, por órgão competentes da municipalidade dos respectivos planos e projetos de loteamentos, desmembramentos e remembramentos, traçados de vias de conexão e eixos viários principais, de acordo com as normas de zoneamentos e plano urbanístico do município.

Parágrafo único - A taxa de licença para execução de loteamento, desmembramento e remembramento é devida na forma da tabela V, anexa.

CAPITULO V

Da Contribuição de Melhoria

Art. 224 - A contribuição de melhoria será cobrada de conformidade com o disposto no Código Tributário Nacional e na Legislação federal Específica, no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras realizadas pelo Município:

- I- abertura, alargamento, pavimentação, arborização, iluminação, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
- II- construção e ampliação de parques, campos de desportos, túncis e viaduto;

- III- construção ou ampliação do sistema de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema.
- IV- serviços de obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e telecomunicações e instalações de comodidades públicas;
- V- construção, pavimentação ou melhoramento de estradas de rodagem;
- VI- quaisquer outras obras ou serviços de que ocorra valorização de imóveis, tais como proteção contra inundações, erosão e ressacas, e de saneamento e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos de água e irrigação, aterros e realização de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 225 - Para a fiel arrecadação do tributo, fica criada a Comissão Municipal de Valorização Imobiliária (COMVI), composto de 5(cinco) membros, de livre escolha do prefeito e com mandato permanente, até substituição, em virtude de renúncia, licença, impedimentos ou por exoneração por iniciativa do chefe do executivo.

Art. 226 - Poderá ser dispensada a Contribuição de melhoria de quantia inferior a 100% (cem por cento) do valor da UFIR.

Art. 227 - Não incidirá a Contribuição de Melhoria sobre:

- I- templos religiosos;
- II- instituições de educação e assistência social, quando estas reconhecidas de utilidade pública, não tiverem finalidade lucrativa.

Art. 228 - A incidência de Contribuição de Melhoria, seu processo de arrecadação, a competência e estruturação administrativa da COMVI e demais normas complementares deste Capítulo, serão estabelecidos por Decreto de Executivo Municipal, com observância da legislação Federal Específica.

CAPÍTULO VI **Dos preços Públicos**

Art. 229 - Os preços públicos serão cobrados pelos serviços de quaisquer natureza prestados pelo Município, pelo uso de bens públicos, e pelo fornecimento de utilidades produzidas ou não por este, e não especificamos incluídos neste Código como Taxas.

Art. 230 - Quando não for possível a obtenção do custo unitário para fixação do preço, serão considerados o custo total do serviço será medido verificado no último exercício, a

flutuação nos preços de aquisição dos fatores de produção do serviço e o volume dos serviços prestados e a prestar.

§ 1º O volume do serviços será medido, conforme o caso, pelo número de utilidades produzidas ou fornecidas, pela média de usuário atendidos e outros elementos pelos quais se possa apurá-lo.

§ 2º O custo total compreenderá:

- I- o custo de produção;
- II- a manutenção e administração do serviço;
- III- as reservas para recuperação do equipamento;
- IV- a expansão do serviço.

Art. 231 - Fica o Executivo Municipal autorizado a fixar preços:

- I- de serviços, até o limite de recuperação do custo total;
- II- pela utilização de áreas pertencentes ao Município, edificadas ou não, até o limite de 3% (três por cento) do valor venal do imóvel, mensalmente.

§ 1º - A fixação de preços além dos limites previstos nos incisos I e II será cobrado de acordo com a tabela V, anexa.

Art. 232 - os preços se constituem:

I - dos serviços de natureza industrial, comercial e civil, prestados pelo Município e susceptíveis de exploração por empresa privada, a saber:

- a) Execução de muros ou passeios;
- b) Roçagem e limpeza, inclusive extinção de formigueiros e retirada se entulhos de terrenos;
- c) escavações, aterros, terraplanagem, inclusive destinados a regularização de loteamentos.

II - da utilização de serviços públicos municipais como contra prestação de caráter individual, ou unidade de fornecimento, tais como:

- a) fornecimento de plantas, projetos, placas, cópias fotográficas, heliográficas, fotostáticas, mimeografadas e semelhantes, inclusive carteiras de identificação;
- b) fornecimento de alimentação ou vacinas a animais apreendidos ou não;
- c) prestação de serviços técnicos: demarcação e marcação de áreas de terreno, avaliação de propriedade imobiliária e vistoria;

- d) expedição de certidões de qualquer natureza, inclusive de quitação de tributos municipais, elaboração de laudos, lavraturas de termos de contrato e de transferência, buscas e segundas vias de documentos;
- e) apresentação de petições e documentos às repartições municipais para apreciação e despacho.

III - do uso de bem ou de serviço público, a qualquer título, os que utilizarem:

- a) áreas pertencentes ao Município;
- b) áreas do domínio público;
- c) espaços em próprios municipais para guarda de objetos, mercadorias, veículos, animais ou a qualquer outro título;
- d) os serviços dos cemitérios.

Parágrafo único - A enumeração referida neste artigo é meramente exemplificativa, podendo ser incluídos no sistema de preços públicos quaisquer outros serviços de natureza semelhante aos enumerados.

Art. 233 - Aplicam-se aos preços, no tocante, a lançamento, cobrança, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidade e processo fiscal, as mesmas disposições Lei com relação aos tributos, e de conformidade com o Decreto que estabelecer o preço.

Art. 234 - Salvo disposição em contrário, todos os prazos que recaírem em dia considerado não útil para o órgão administrativo, a contagem será prorrogada para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 235 - Fica instituída, para efeito deste Código e demais disposições da Legislação Tributária deste Município, o valor da UFIR - Unidade Fiscal de referência, instituída pelo Governo Federal.

§ 1º - Caso a UFIR (Unidade Fiscal de referência) seja extinta, fica o Governo Municipal autorizado a fixar uma Unidade Fiscal de Referência no mesmo valor atribuído a UFIR no ato da extinção.

Art. 236 - A Secretaria Municipal de Finanças fará as instruções e normas complementares que se fizerem necessárias a perfeita execução deste Código.

Parágrafo único - Até que a Secretaria Municipal de Finanças disponha sobre os novos modelos a serem adotados, continuarão em pleno vigor os livros, talões, formulários impressos ou quaisquer outros elementos de controle, escrituração, fiscalização ou arrecadação dos tributos municipais.

Art. 237 - Os processos fiscais continuarão a ser julgados pela forma prevista no Código anterior, enquanto não forem criados e devidamente instalados o Conselho Municipal de Contribuintes e Auditoria Fiscal.

Parágrafo único - O Executivo Municipal poderá conceder abatimento de até 30% (trinta por cento) dos valores dos tributos do Município.

Art. 238 - O Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei, no todo ou em parte, continuando em vigor até a data em que for baixado o competente decreto, as atuais disposições que tratem da matéria a ser regulamentada.

Art. 239 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, mas somente será aplicável no tocante ao Imposto Territorial e Predial Urbano a partir de 1º de janeiro de 1998, revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel - RN, em 26 de dezembro de 1997


Genival Marques Macêdo
PREFEITO MUNICIPAL

TABELA I
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO OU FUNCIONAMENTO
Valor anual de área ocupada

I - ESPÉCIE DE ESTABELECIMENTOS:	
1. Industrias	150 UFIR
2. Comerciais:	
a) Restaurantes, hotéis, farmácias e drogarias	20 UFIR
b) Bebidas alcóolicas cretalho.....	30 UFIR
c) Supermercados e mercadinho em auto-serviço.....	40 UFIR
d) Atacadistas.....	100 UFIR
e) Gêneros alimentícios e açougues.....	15 UFIR
f) Outras atividades.....	25 UFIR
3 - Estabelecimento de Crédito, de Financiamento e similares.....	200 UFIR
4 - Estabelecimento de Ensino, depósitos e oficinas.....	25 UFIR
5 - Estabelecimento de barbeiros, cabeleireiros, pedicura e manicura.....	15 UFIR
6 - Atividades não especificadas.....	25 UFIR
 II - PARA COMERCIO EVENTUAL:	
Por período não superior a 60 (sessenta) dias	
1 - Artigos próprios dos festejos juninos.....	25 UFIR
2 - Exposições, feiras de amostra e assemelhados, mesmo sem cobrança de ingressos	40 UFIR
3 - Artigos próprios para carnaval.....	15 UFIR
4 - Artigos próprios para Natal e Páscoa.....	10 UFIR
★ 5 - Qualquer outra atividade do comércio eventual.....	10 UFIR
6 - Artigos próprios para o dia de Finados.....	10 UFIR

TABELA II
TAXA ANUAL DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

1 - Publicidade afixada na parte externa de qualquer estabelecimento	
a) Placa luminosa pôr m2.....	5 UFIR
b) Placa simples pôr m2.....	2,5 UFIR
c) Pintura pôr m2.....	2,5 UFIR
2 - Placas com anúncios colocados em terrenos, tapumes, platibandas ou prédios, desde que visíveis das vias públicas, por m2.....	
Tratando-se da publicidade de fumo ou bebidas alcóolicas, por m2.....	1 UFIR
Tratando-se da publicidade de fumo ou bebidas alcóolicas, por m2.....	2,5 UFIR
3 - Publicidade através de letreiros pintados em muros por m2	
	1 UFIR
4 - Placas tabuleiros e letreiros com qualquer que seja o sistema de colocação desde que visíveis de estradas municipais, estaduais ou federais, por placa:	
a) em estradas municipais pôr m2.....	1 UFIR
b) nas demais estradas pôr m2.....	1,5 UFIR
c) tratando-se de publicidade de fumo e bebidas alcóolicas, por m2.....	5 UFIR
5 - Cartazes em papel colocados em andaimes, muros e outros quadros apropriados, sem prejuízo, sem prejuízo dos itens 1,2,3:	

a) qualquer que seja a publicidade por duração do cartaz, por m ²	1 UFIR
b) tratando-se de publicidade de fumo e de bebidas alcóolicas, por m ²	1 UFIR
6 - Anúncio levados por pessoas, veículos ou semoventes apropriados por m ² e por ano.....	1,5 UFIR
7 - Propaganda falada ou escrita, em via ou logradouros público quando autorizado:	
a) distribuição de panfletos, de qualquer meio, por tipo de panfleto e por mês..	1 UFIR
b) faixas de pano por faixa e pôr dia.....	1 UFIR
c) falada por meio de alto-falante ou outro instrumento fixo ou móvel, por dia	5 UFIR
8 - Anúncios em postos indicativos em paradas de ônibus ou circulando árvores, por m ² pôr mês.....	1 UFIR
9 - Outros tipos de publicidades não previstas	
a) por dia.....	0,5 UFIR
b) pôr mês.....	2,5 UFIR
c) pôr ano.....	10 UFIR

TABELA III
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E URBANIZAÇÃO DE
ÁREAS PARTICULARES

1 - Exame de verificação de projeto para edificação destinada a uso residencial, por m ² e área coberta:	
a) de 37 a 70 m ²	0,1 UFIR
b) de 71 a 100 m ²	0,2 UFIR
c) de 101 a 150 m ²	0,3 UFIR
d) acima de 151 m ²	0,4 UFIR
2 - Exame de verificação de projetos para edificação destinada a uso industrial ou comercial, por m ² de área coberta.....	0,5 UFIR
3 - Alinhamentos ou nivelamentos, válidos por 06 meses	
a) para os primeiros 10 m.....	2 UFIR
b) acima de 10 m.....	3 UFIR
4 - Reformas e consertos com alteração da planta original	
a) sem acréscimo da área.....	2 UFIR
com acréscimo de área por m ² que crescer, taxa idêntica à cobrada para construção nova	
5 - Construções funerárias por m ² :	
a) túmulo ou jazigo, com revestimento simples.....	5 UFIR
b) túmulo ou jazigo, com revestimento de granito, mármore ou equivalente.....	10 UFIR
c) mausoléus e outras construções funerárias semelhantes.....	35 UFIR
6 - Arruamento ou loteamento (área bruta) pôr m ²	0,1 UFIR
7 - Vistoria em loteamento, após primeira, cobrada de acordo com item anterior.....	5 UFIR
8 - Vistoria técnica inicial para funcionamento de industriais:	
a) até 500 m ² de área utilizada.....	20 UFIR
b) para 100 m ² ou fração que ultrapassar de 500 m ² mais.....	5 UFIR
c) renovação de vistoria de funcionamento, 20% (vinte por cento) da taxa inicialmente paga, tendo em visto a área utilizada.....	5 UFIR
9 - Vistoria para funcionamento para outros tipos de estabelecimentos, quando	

considerados indispensáveis	10 UFIR
10 - Andaimos e tapumes, por metro linear e por 03 meses.....	2 UFIR
11 - Aprovação de elevadores ou escadas rolantes, por unidade.....	50 UFIR
12 - Quaisquer outras especificadas nesta tabela, por m2.....	0,2 UFIR
13 - Instalação de máquinas, motores e equipamentos em geral:	
a) até 150 HP.....	20 UFIR
b) acima de 150 HP.....	40 UFIR
14 - Acoordenamento por m2.....	0,4 UFIR

TABELA IV

A ALÍQUOTA DA TAXA DE LICENÇA DE EXECUÇÃO DE LOTEAMENTO, DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO (TELDL).

Especificação:

1 - Loteamento:	
a) Para cada m2 de área a lotear.....	0,1 UFIR
b) para cada m2 de área a desmembrar.....	0,1 UFIR
c) Para cada m2 de área e remembrar.....	0,1 UFIR

TABELA V

TABELA DOS PREÇOS PÚBLICOS

1 - Certidão de quitação.....	3 UFIR
2 - Outras certidões.....	3 UFIR
3 - Alvarás de qualquer natureza inclusive habite-se.....	3 UFIR
4 - Certidões de sucessivos proprietários, pôr laudo.....	2 UFIR
5 - Certidões de coordenamentos.....	4 UFIR
6 - Certidão de retificação de limites	
- Sem expedição de carta de aforamento.....	4 UFIR
- Como expedição de carta de aforamento.....	7 UFIR
7 - Carta de aforamento:	
- Em cemitério público, pôr m2.....	0,5 UFIR
- Em terrenos públicos:	
a) até 450 m2 (por metro quadrado).....	0,2 UFIR
a) acima de 450 m2 (por metro quadrado).....	0,3 UFIR
8 - Substituição ou 2º via expedida.....	1 UFIR
9 - Desmembramento - por cada carta.....	2 UFIR
10 - Foro anual por metro quadrado.....	1 UFIR
11 - Certidão de transferência patrimonial.....	6 UFIR
12 - Certidão de característica - por laudo.....	4 UFIR
13 - Certidão de alinhamento - pôr laudo.....	6 UFIR
14 - Certidão de demolição - pôr laudo.....	5 UFIR
15 - Certidão de enumeração oficial.....	5 UFIR
16 - Laudos de qualquer natureza.....	5 UFIR
17 - Emplacamento e/ou inscrição em túmulos.....	2 UFIR
18 - Exumação - por operação.....	2 UFIR
19 - retirada de ossos por cada operação.....	3 UFIR
20 - Sepultamento.....	5 UFIR

LIDO NA SESSÃO
DE 30 / 12 / 197

[Signature]
1a. Secretário

Encaminha-se a Comissão
de Justiça e Redação
Em 30 / 12 / 197

[Signature]
Presidente
[Signature]
1º. Secretário
[Signature]
2º. Secretário

PARECER

A Comissão de Justiça e Redação
Reunida em 30 / 12 / 197 opina
Favoravelmente a Aprovação do
presente projeto de lei nº 051 de 29/12/197
Em 30 / 12 / 197
PRES. *[Signature]*
REL. *[Signature]*
MEM. _____

Encaminha-se a Comissão
de Fineanças e Encargamento
Em 30 / 12 / 197

[Signature]
Presidente
[Signature]
1º. Secretário
[Signature]
2º. Secretário

PARECER

A Comissão de Fineanças e Encargamento
Reunida em 30 / 12 / 197 opina
Favoravelmente a Aprovação do
presente projeto de lei nº 051 de 29/12/197
Em 30 / 12 / 197
PRES. *[Signature]*
REL. *[Signature]*
MEM. _____

A ROVADO Em 1º DISC.

SESSÃO DE 30 / 12 / 197

Presidente *[Signature]*
1a. Secretário *[Signature]*